



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	1

*Fátima Alexandra Costa*

## Salão Nobre dos Paços do Concelho

### Reunião Ordinária de 27-11-2013

### Acta n° 22

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Hilário Manuel Esteves Afonso	Vereador	P
Maria Fernanda de Almeida Cerdeira	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

#### Situação financeira em 21-11-2013

Operações Orçamentais	1 019 920,48€
Operações de Tesouraria	549 042,62€
Documentos	75 973,12€

Início da reunião: 10.00 horas

Esta reunião foi secretariada por Fátima Alexandra Faria da Costa, Chefe da Divisão de Gestão Municipal.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	2

*Felício Alexandre Costa*

### I – Antes da ordem do dia

O vereador Manuel José Cardoso Rodrigues solicitou um balanço sobre a actividade das Termas do Peso desde a sua abertura há 6 meses.

O Presidente da Câmara Municipal informou que na última Assembleia Municipal foi apresentado um balanço dos meses de Junho, Agosto e Setembro tendo-se registado uma evolução muito positiva a nível da receita. Através do Minho IN, estão previstas acções de divulgação, agora para o início do próximo ano, que irão potencialmente alavancar a actividade nas termas. Comunicou ainda que até ao fim do ano irá realizar uma reunião do Conselho de Administração das Termas e que no seguimento dessa reunião prestará à Câmara Municipal mais informações sobre a actividade desta empresa municipal.

O vereador Manuel José Cardoso Rodrigues alertou para a situação que os pais das crianças que fazem parte das camadas jovens do Melgacense têm de suportar todas as despesas como por exemplo inscrições, lanches, etc e que inclusive estão a fazer peditórios para angariar receita, o que deveria ser uma preocupação da direcção e não dos pais, que apesar de quererem colaborar não estão a ter o apoio da direcção. A Câmara Municipal atribui um subsídio ao Melgacense destinado a patrocinar a actividades das camadas jovens mas é um facto que os pais acabam por pagar tudo.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o subsídio atribuído anualmente é de 27.500 € estando enquadrado num protocolo com o objectivo da dinamização das camadas jovens. Em conjunto com os serviços municipais vamos fazer um balanço sobre este assunto.

O Presidente da Câmara Municipal informou que devido aos condicionamentos do Edifício da Câmara Municipal, não há para já um espaço disponível para disponibilizar aos vereadores, mas que poderão utilizar a sala em que se realizam as reuniões da Câmara Municipal articulando com a Dr.ª Estefania Rocha do Gabinete de Apoio à Presidência a marcação dos dias que a pretendem utilizar, assim como outros recursos que necessitem.

O Presidente da Câmara Municipal informou que deu já instruções para se emitirem os cartões de vereador.

O Presidente da Câmara Municipal entregou aos vereadores um resumo da despesa com as rendas dos Espaços que o Município é arrendatário.

O vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos expôs que a Associação Desportiva e Cultural de S. Paio está a ser compelida pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio para desocupar o espaço que lhe foi atribuído na antiga escola primária de S. Paio, referindo que é uma situação de retaliação devido às eleições autárquicas e que se arrasta desde então. Afirmou ainda que o Presidente da Junta de Freguesia não está a ter a conduta isenta, imparcial e equilibrada no que toca a esta situação. Apelou então à intervenção do Presidente da Câmara Municipal no sentido de apoiar a Associação Desportiva e Cultural de S. Paio e dirimir esse conflito considerando que remover obstáculos e dificuldades ao associativismo que em Melgaço é muito débil, é fundamental. Afirmou ainda que pondera apresentar uma proposta à Câmara Municipal de revogação do contrato de comodato com a Junta de Freguesia de S. Paio por indignidade no exercício de funções do Presidente da Junta de Freguesia.

O Presidente da Câmara Municipal informou que já teve uma reunião com os membros da Associação e garantiu que tudo fará para defender o associativismo que considera muito importante e decisivo para a população.

Tem conhecimento que a relação da Associação como Presidente da Junta de Freguesia não é a melhor mas que não faz sentido o Presidente da Câmara Municipal interferir uma vez que a Junta de



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	3

*Finalizada em 2013*

Freguesia é uma autarquia autónoma cuja Escola Primária está cedida. A situação irá ser acompanhada e espera que se encontre uma solução.

O vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos expôs que as transferências relativas aos subsídios dos tapetes do Corpo de Deus estão atrasadas dois anos.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que existem algumas transferências atrasadas para as associações, mas que essa dívida está contemplada no Orçamento e que no próximo ano será saldada.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

474. Presente para efeitos de análise e votação a Acta n°20 de 23-10-2013.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta n°20 de 23-10-2013.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Divisão de Serviços Urbanos**

475. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA ROSA RODRIGUES, a solicitar a isenção das tarifas RSU/SAN das facturas de Agosto/Setembro 2013, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos e de saneamento para um valor médio que o consumidor normalmente paga, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

476. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por CÂNDIDO GIL RODRIGUES, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU/SAN e fraccionamento do restante valor, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos e de saneamento para um valor médio que o consumidor normalmente paga, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

477. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por FRANCISCO FERNANDES, a solicitar a isenção das tarifas RSU/SAN e o fraccionamento do restante valor das facturas de Agosto/Setembro 2013, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte:

1. A redução das tarifas variáveis de RSU para um valor médio que o consumidor normalmente paga e deferir o respectivo pedido de fraccionamento.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	4

*Testimio executivo*

2. A notificação ao requerente para proceder à desactivação da captação de água para fins de consumo humano no prazo de 30 dias, sob pena de informar as respectivas entidades de forma a ser instaurado um processo de contra – ordenação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

478. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por JOSÉ LUÍS DOMINGUES, a solicitar a isenção de tarifas variáveis RSU, das facturas de Agosto/Setembro 2013, uma vez que o valor elevado facturado deveu-se a uma fuga na conduta doméstica, detectada pelo Leitor de Consumos, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos para um valor médio que o consumidor normalmente paga, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

479. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA ODETE DE SOUSA CALHEIROS GOMES, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU/SAN e fraccionamento do restante valor-factura nº49055, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, devolver o assunto aos serviços da DASE para melhor informação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

480. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA ARMANDA DA SILVA MARTINS, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU/SAN das facturas de Junho/Julho 2013, uma vez que o consumo elevado facturado deveu-se a uma fuga - Consumidor nº2999, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos e de saneamento para um valor médio que o consumidor normalmente paga.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

481. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO, a solicitar a isenção de tarifas variáveis RSU/SAN das facturas de Fev/Março 2013, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir a petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

#### **Divisão de Planeamento de Gestão Urbanística**

482. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA DE LURDES DOMINGUES, a solicitar certidão de acordo com o nº4 do artº46º do C.I.M.I.,



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	5

*Felício exa. de Costa*

que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão de acordo com a informação dos pontos 2 e 3.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

483. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA CELESTE PIRES, a solicitar certidão de acordo com o n.º 4 do art.º 46º do C.I.M.I., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

484. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por CLÁUDINA DOMINGUES, a solicitar certidão de acordo com o n.º 4 do art.º 46º do C.I.M.I., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

485. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA IRENE ESTEVES, a solicitar certidão de acordo com o n.º 4 do art.º 46º do C.I.M.I., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

486. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por DUARTINA DE LURDES AFONSO, a solicitar certidão de acordo com o n.º 4 do art.º 46º do C.I.M.I., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

487. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MANUEL TELMO DE OLIVEIRA, a solicitar limitação de estacionamento na Rua Velha n.º 4, que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar limitação de estacionamento no espaço necessário à manobra e enviar à Comissão de Trânsito da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

488. Presente informação interna, referente a declaração de caducidade do processo 18/2011 – LE-HAB de Carlos Alberto Pocinho, que ficará anexa a esta acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	6

## Divisão de Acção Social e Educação

*Handwritten signature and text: "Melgão Social e Educação" and "Este"*

489. Presente para efeitos de aprovação a análise de candidatura aos auxílios económicos de um aluno do pré-escolar, para o ano lectivo 2013/2014, que ficará anexa a esta acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir a atribuição de auxílio económico, ao abrigo do n°1 do art°8° do Regulamento de Acção Social Escolar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

490. Presente para efeitos de aprovação os acordos de execução a celebrar entre o município de Melgaço e a União de freguesias de Chaviães e Paços, freguesia de Paderne e freguesia de S.Paio, no âmbito dos transportes escolares, para o ano lectivo 2013/2014, que ficarão anexos a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Sr. Presidente informou que esta actualização dos Protocolos de Delegação de Competências é devida pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar os acordos de execução a celebrar entre o município de Melgaço e a União de freguesias de Chaviães e Paços, freguesia de Paderne e freguesia de S.Paio, bem como remeter á próxima reunião da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Presidência

491. Presente o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para o ano 2014, que ficará anexo a esta acta.

O Presidente da Câmara Municipal apresentou as diversas medidas que integram o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, referindo que se mantêm relativamente aos anos anteriores assim como as taxas dos impostos municipais.

O vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos concordou com a generalidade das medidas incluídas no PDSS, contudo disse que gostaria de ver reflectido no documento as propostas que foram apresentadas pelo PSD ao Presidente da Câmara Municipal tais como: redução do IMI para 0,3%; converter o montante recebido pela participação no IRS em apoio social como a teleassistência para os idosos e os manuais escolares ou em alternativa reduzir a taxa e aplicação de uma política mais agressiva de reabilitação urbana porque existem muitas habitações degradadas.

O Presidente da Câmara Municipal garantiu que quando estiverem reunidas as condições, irá propor uma diminuição dos impostos municipais mas para 2014 o mais sensato é manter as mesmas taxas. Salientou que o montante arrecadado pela participação no IRS já é utilizada para fins sociais conforme se pode verificar no PDSS. Relembrou ainda que já existem incentivos na distribuição de manuais escolares, os alunos de agregados familiares com mais dificuldades já são subsidiados para a aquisição de manuais e este é um mecanismo de ajuda que tem funcionado bem.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos vereadores do PSD aprovar o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS), bem como remeter á próxima reunião da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	7

*Felício Alexandre Costa*

### **Divisão de Desenvolvimento Económico**

492. Presente contrato nº07/2013 - Quintas de Melgaço, SA/Revisão dos limites anuais do compromisso plurianual, que ficará anexo a esta acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato apresentado, bem como remeter à próxima reunião da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Divisão de Obras Municipais**

493. Presente para efeitos de aprovação a Revisão de Preços da Empreitada "Beneficiação da Rede Viária Municipal 2010", no valor de 1.201,90€ + IVA, que ficará anexo a esta acta. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexo a presente acta.

O Sr. Presidente explicou que a Revisão de Preços é definitiva.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão de Preços no valor de 1.201,90€ + IVA.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Divisão de Gestão Municipal**

494. Presente para efeitos de aprovação o relatório Preliminar e o relatório Final relativo a um empréstimo de longo prazo até ao montante de 282.043,41€, que ficará anexo a esta acta.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos vereadores do PSD, adjudicar este empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola até ao montante de 282.043,41€, bem como remeter à próxima reunião da Assembleia Municipal.

O vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos elucidou que os votos contra do PSD são subjacentes às razões apresentadas na declaração de voto referente ao mesmo assunto na reunião de câmara municipal de 23-11-2013.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

495. Presente proposta de um novo Revisor Oficial de Contas para fiscal único suplente da empresa municipal Melsport, EM: DR. ANTÓNIO GERARDO PINHEIRO DE OLIVEIRA, Revisor Oficial de Contas nº945, NIF 184625408, com residência profissional na Rua Júlio Dinis 247 - 5º - E5 - 4050-324 Porto, que ficará anexo a esta acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, bem como remeter à próxima reunião da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Vereadores do PSD**

496. Presente proposta nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 53º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que ficará anexo a esta acta, referente a Sinalização em via pública Municipal no Centro da Vila.

O Executivo deliberou, por unanimidade, remeter aos serviços da DPGU para informação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	8

*Edição Execução Coste*

## Presidência

497. Presente proposta de: - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, que ficará anexa a esta acta.

O Presidente da Câmara municipal apresentou os documentos previsionais para o exercício económico de 2014. O total do Orçamento perfaz 15.592.292,00 € sendo que as receitas correntes são de 10.479.989,00 € e as de capital 5.112.303,00 €. A nível da despesa, a corrente representa 9.565.719,00 € e a de capital 6.026.573,00 €. Caracterizou o Orçamento Municipal como sendo de contenção no contexto de crise económica que o país atravessa conjugada com a transição do quadro comunitário de apoio, facto que dificulta a captação de fontes de financiamento para investimento. Desta forma tanto a Receita como a Despesa de Capital são reduzidas. Contudo salientou que as Grandes Opções do Plano foram estruturadas para que em caso de abertura de candidaturas em overbooking, exista a possibilidade e a flexibilidade de reforço das rubricas orçamentais para a concretização dos projectos inscritos. Por estas razões, o pedido em anexo ao Orçamento para autorização de contratar um empréstimo de curto prazo é deveras importante uma vez que irá potenciar a execução financeira atempada das candidaturas a fundos comunitários. Apesar dos constrangimentos, as Grandes Opções do Plano são abrangentes e estão previstos investimento em Abastecimento de água e Saneamento Básico, na recolha e tratamento de resíduos sólidos, em Cemitérios, Equipamentos educativos, no apoio a condições de habitação, em funções sociais, no desenvolvimento Económico Local, nas acessibilidades e nas instalações e equipamentos para diversos serviços municipais.

O vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos expressou a sua desilusão porque as propostas do PSD não foram contempladas no Orçamento excepto no caso da Escola Primária da Vila. Referiu que o texto não sofreu grandes alterações relativamente aos anos anteriores e que as metas são as já conhecidas o que demonstra na sua opinião falta de capacidade de renovação. Acresce que o texto não reflecte e aparenta estar desajustado das Grandes Opções do Plano e algumas afirmações vagas dando como exemplo a pretensão de dar rentabilidade aos espaços públicos. Apresentou as seguintes questões: - O Plano de Pormenor de Eiró já estava mencionado nas GOPs para 2013, perguntou se foi elaborado; - o tema dos transportes escolares também se repete mas está esclarecido se é reconhecido o pagamento dos passes escolares para o 12º ano; - estão elencadas algumas metas e acções relacionadas com o Vinho Alvarinho mas a Câmara Municipal não se pode substituir aos produtores mas antes deve liderar como alias o PSD já propôs na Campanha na criação de uma estrutura empresarial para os produtores de alvarinho. É necessário publicitar o nosso vinho alvarinho e não todo o vinho alvarinho; - questiona qual é a articulação, a nível de Turismo, com o Porto e Norte de Portugal; - faltam medidas de criação de emprego e atracção do investimento privado, o Gabinete de Apoio ao Investidor tem de ser mais pró-ativo; - expôs que não existem referencias à reorganização dos serviços municipais, à Agência para o desenvolvimento ADM, à creche da APPACDM, ao Castro Solidário, ao Centro de Saúde de Melgaço; relativamente à lista das acessibilidades das zonas rurais a



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	9

*F. Almeida*

maior parte dos caminhos inscritos já constavam do orçamento de 2013 com o valor inscrito correspondente o que não acontece no orçamento de 2014. Solicitou que os valores inscritos no orçamento municipal em rubricas residuais ou vagamente definidas deveriam ser totalmente discriminadas tais como: mercadorias para venda, outros bens, outros serviços especializados, outras despesas de capital.

Declarou que vivemos um momento difícil a nível de constrangimentos financeiros e que afectam as câmaras Municipais e as famílias. O Orçamento Municipal não denota grandes diminuições na despesa corrente, o maior constrangimento é na despesa e receita de capital que advém das transferências de Fundos Comunitários, que se percebe sendo decorrente da fase de transição para o novo quadro comunitário de apoio.

O Presidente da Câmara municipal explicou que o Orçamento irá permitir uma execução ajustada e já acautela as novas imposições derivadas da Lei 73/2013 de 03 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e que entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2014. Este orçamento foi elaborado de forma a constituir um instrumento financeiro flexível e para abarcar a possibilidade de executar projectos de novas candidaturas. Elucidou sobre as questões postas pelo vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos: - a rentabilização dos espaços públicos é possível pela dinamização e exploração dos espaços culturais como os Muscus, a Casa da Cultura e a Porta de Lamas de Mouro introduzindo dimensões de óptima de mercado; - Dado que o PDM foi só publicado em Setembro de 2013, não foi possível elaborar o plano de pormenor de Eiró ainda no decurso de 2013, este será uma prioridade para 2014 em conjunto com as áreas das Carvalhiças, da Escola EB2,3 S e do Peso; - nos transportes escolares o orçamento municipal está preparado para assumir todas as responsabilidades nesta matéria da Câmara Municipal sejam impostas por Lei sejam já as deliberadas pelo executivo; - relativamente à promoção dos produtos locais salientou que é necessários apoiar os produtores locais e nomeadamente o fumeiro porque estes não estão a aproveitar o investimento já realizado, mas que é essencial pensar antes de intervir, definir como fazer e planear antecipadamente, ou seja, elaborar uma estratégia de intervenção na economia local, para que não se perca os investimentos já realizados e se alavanque o potencial do Concelho; - O Porto e Norte de Portugal não dá qualquer tipo apoio na área do Turismo, razão porque não é referido nenhuma interligação no orçamento com esta entidade, pelo que na CIM está a ser discutido este problema; - até ao fim do ano, vai ser revista a orgânica da Câmara Municipal e ajustar os serviços de forma a incutir uma maior qualidade e maior abertura para com os nossos municípios; - está a ser estudada a necessidade de mais um parque empresarial e com que características; - a ADM é uma associação em que a Câmara Municipal participa entre outros associados, que está "moribunda" pelo que a Câmara está a acompanhar a situação, mas não pode decidir sozinha; - os apoios que a Câmara Municipal proporciona às IPSS não têm todos expressão financeira e não estão discriminados por isso no orçamento, mas seja a creche da APPACDM, o Castro Solidário ou outras instituições terão sempre todo o apoio da Câmara Municipal; os projectos de viação rural serão realizados se houver overbooking em fundos comunitários.

Em face dos documentos apresentados, o executivo deliberou, por maioria com dois votos contra do vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos e Manuel Rodrigues, a sua aprovação, bem como remeter à próxima reunião da Assembleia Municipal.

Os vereadores do PSD apresentarão declaração de voto em 72 h.

O Presidente da Câmara Municipal irá apresentar declaração de voto em 72 h.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	22
Data	27-11-2013
Tipo	Ordinária
Página	10

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### Divisão de Serviços Urbanos

498. Presente para efeitos de abertura de procedimento relativo á empreitada "Abastecimento de água às Inverneiras de Castro Laboreiro - 1ª Fase", os seguintes documentos que se anexam: - Caderno de encargos; - Programa de Concurso; - Mapa de quantidades.

O Presidente da Câmara Municipal explicou que esta empreitada, com o preço base de 170.000 €, vai ser candidatada ao POCTEP através do projecto Carisma que tem verbas disponíveis. Este projecto contempla intervenções nas proximidades do Rio Trancoso e Laboreiro.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 11.00 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

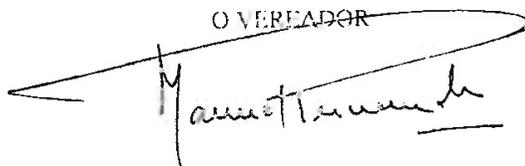
E eu, Fátima Alexandra Costa, Chefe da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

EXMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE MELGAÇO

MANUEL FERNANDES, vereador de Câmara Municipal, vem comunicar a V. Excia a impossibilidade de comparecer à próxima reunião ordinária marcada, de acordo com o regimento interno, para o próximo dia 18 de Dezembro, pelo que requer a sua substituição, nos termos do artigo 78º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, a qual deverá operar nos termos do artigo do artigo 79º da retro-mencionada Lei e entre o próximo dia 16 e dia 23 de Dezembro.

Melgaço, 12 de Dezembro de 2013.

O VEREADOR  


**Manuel Fernandes**

**Manuel Rodrigues**

Vereadores

02/12/2013  
10h45m  
B

Apresentadas as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2014 levados a reunião de Câmara Municipal do dia 27.11.2013, temos que reconhecer que as mesmas constituem uma dupla desilusão.

A PRIMEIRA DESILUSÃO: confirmou-se aquilo que já prevíamos. A reunião realizada no transacto dia 18, em sede de audição prévia para a elaboração do orçamento, de pouco serviu, a não ser cumprir uma formalidade legal. Com efeito, das 11 propostas, então, apresentadas, só uma foi parcialmente acolhida. No caso, a requalificação da Escola Primária da Vila será para avançar durante o ano 2014, mas não há qualquer garantia que os serviços dispersos na Vila, e que representam um encargo anual de 75 000,00€ para o município, sejam aí “alojados”.

A SEGUNDA DESILUSÃO: confirma-se que as GOP e Orçamento para 2014 é mais do mesmo. Mudam-se os tempos mas as vontades permanecem. Reproduz-se as intenções dos anos anteriores, as mesmas que não fixaram as famílias nem os jovens, não atraíram o investimento privado nem criaram postos de trabalho.

Além disso, o orçamento tem sido um documento ao longo dos anos, e este não constitui excepção, uma manifestação de grandes intenções, mas de poucas concretizações.

Com efeito, diz-se que se apoia as associações, mas como se pode demonstrar que se gosta das associações e as apoia, se depois se demora um ano ou dois a transferir-lhes os subsídios pela participação nas actividades organizadas pela Câmara Municipal?

Com efeito, diz que se apoia os pequenos produtores, mas como se pode demonstrar que se gosta dos pequenos produtores e os apoia e se depois se demora vários meses a pagar os seus fornecimentos, por exemplo ao Solar do Alvarinho?

Depois ficamos muito surpreendidos porque alguns produtores manifestam intenção de desistir. Na verdade, a Câmara Municipal tem vindo, com a sua acção relapsa, a ajudar ao aumento do desânimo. Já seria uma grande ajuda se pagasse a tempo e horas, o que infelizmente não acontece.

Com efeito, fazemos grandes loas ao papel das freguesias na promoção da qualidade de vida das suas populações e até se delegam nas freguesias a realização de obras, por administração directa, mas depois não ocorrem as correspondentes transferência de capital, ou seja as juntas de freguesia financiam a Câmara Municipal. E assim a “dívida” da Câmara

02/12/2013  
10-41  
yf

**Manuel Fernandes**  
**Manuel Rodrigues**  
Vereadores

### DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

Dos vereadores eleitos pelo PSD, Manuel Fernandes e Manuel Rodrigues, referente ao assunto nº 497 “ Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014” deliberado na última reunião ordinária de 27.11.2013.

Na reunião realizada no transacto dia 18 de Novembro, em contexto de audiência prévia às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, os vereadores apresentaram as propostas seguintes:

1. Reorganizar os serviços municipais, de forma a tornar a sua gestão mais racional e eficiente para reduzir a despesa corrente e diminuir as necessidades de financiamento bancário e, simultaneamente, aumentar a capacidade de resposta dos serviços, às solicitações dos melgacenses, dotando-a de maior rapidez e qualidade.

Neste sentido, dever-se-á

- i) **Monitorar e controlar** a actividade diária desenvolvida pelos trabalhadores municipais; **determinar** de forma clara os seus momentos de pausa e **responsabilizar** as lideranças de topo e intermédias pelos desempenhos dos trabalhadores que lhes estão afectas, bem como pelos resultados obtidos;
  - ii) **Centralizar os serviços dispersos pela Vila na Escola Primária**, designadamente os Serviços Municipalizados da Água e Saneamento e o Gabinete de Apoio ao Investidor de forma a reduzir a despesa corrente.
2. Considerando a crise que o País atravessa e de forma a diminuir o impacto do aumento da carga fiscal sobre o património dos Melgacenses na sequência das novas avaliações, **propõe-se a redução do IMI para 0,3%;**
  3. **Metade da participação variável de 5 % no IRS** a transferir para o Município, cujo total é de 132 618,00€, **deverá ser destinado a apoio social às famílias, aos jovens e aos idosos**, nos termos seguintes:
    - i) **Fornecer gratuitamente os manuais escolares a todas as crianças que frequentem a Escola, do 1º aos 6º anos de escolaridade.**
    - ii) **Conceder 200,00€ mensais durante dez meses aos jovens estudantes que não tenham concluído o 12º ano**, por terem até 2 disciplinas em atraso ou por não terem ingressado na Universidade, apesar de terem formulado a sua candidatura. Estes jovens ao mesmo tempo que realizam as suas actividades escolares desenvolverão acções de serviço a favor da comunidade (voluntariado) nas freguesias ou em instituições de apoio

**Manuel Fernandes**

**Manuel Rodrigues**

*Vereadores*

social. Desta forma, assegura-se que estes jovens prosseguirão os seus estudos que, de outra forma, poderiam perder-se.

iii) **Desenvolver e assegurar o Serviço de Teleassistência ao idoso** que viva em situação de isolamento para melhorar a sua qualidade de vida, saúde, segurança e auto-estima.

iv) **Ou em alternativa**, deverá ser fixada em 2,5% para o Município e 2,5% para o Melgacense.

4. **Dotar a Festa da Cultura de dimensão etnográfica**, de forma a contribuir para a preservação da memória social, do património cultural e identidade de Melgaço.
5. **Promover a realização de Festival de Cinema**, de curtas-metragens, para dinamizar o Museu de Cinema.
6. **Repensar a acção e funcionamento da Agência de Desenvolvimento de Melgaço**, actualmente moribunda, no sentido de a dotar dos meios humanos, materiais e financeiros adequados à promoção de desenvolvimento económico e social de Melgaço.
7. **Desenvolver uma estratégia para a promoção turística do concelho**, marcando presença efectiva, directa e relevante nos certames nacionais e internacionais.
8. **Atrair investidores privados para fomentar emprego local**, explorando novas oportunidades de negócio através da participação em feira mostra de negócios, emprego e inovação e através do desenvolvimento de contactos com potenciais investidores.
9. **Dinamizar as economias locais das freguesias para atrair novos públicos**, através da realização, em cada uma delas, de eventos temáticos, feiras mostra, actividades de animação desportiva e cultural, promovidos pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia ou pelas Associações locais.
10. **Transferir do orçamento municipal para as freguesias montante igual ao proveniente directamente do OGE (FFF)**, dotando as freguesias de meios financeiros reforçados para a realização da pequena obra, sem prejuízo do estabelecimento de protocolos e acordos entre Câmara Municipal (CM) e Junta de Freguesia (JF) para a realização de obra de maior dimensão, eventualmente, por administração directa desta. Esta medida terá por virtude desburocratizar o relacionamento entre CM e JF, tornar mais robusto o orçamento das freguesias e dignificar a função do Presidente da Junta.
11. **Assinalar o Dia o Município** (Quinta Feira de Ascensão), coincidente com a Festa da Senhora da Orada, para reforçar a identidade cultural e histórica de Melgaço e, simultaneamente, prestar um tributo público às personalidades melgacenses que se destacaram nos diversos sectores de actividade, por mérito e excelência ou possuem pela sua acção constituir exemplo para as gerações vindouras.

**Manuel Fernandes**

**Manuel Rodrigues**

*Vereadores*

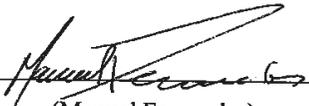
Municipal para com as freguesias tem vindo a aumentar. Para quando a regularização dessas “dividas”?

Notamos, ainda que, mesmo em tempo de crise, a Câmara Municipal vê a sua receita corrente aumentar 7,7%, passando de 9 730 970,00€ (2013) para 10 479 989,00€ (2014) e, mesmo assim, foi incapaz (insensível) de abdicar de um bocadinho da sua receita a favor das famílias melgacenses, concretizando algumas das nossas propostas.

Claramente, os melgacenses foram livres na escolha, mas continuarão prisioneiros das consequências: empobrecimento e “fuga” dos jovens e das famílias por ausência de oferta de empregos.

Face ao exposto, o nosso sentido de voto só poderia ser um: CONTRA!

Os Vereadores

  
(Manuel Fernandes)

  
(Manuel Rodrigues)

02/12/2013  
10-45H  
9/4

## DECLARAÇÃO DE VOTO (ABSTENÇÃO)

Dos vereadores eleitos pelo PSD, Manuel Fernandes e Manuel Rodrigues, referente ao assunto nº 491 “ Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2014”, deliberado na última reunião ordinária de 27.11.2013.

Os vereadores deram contributos para a elaboração do orçamento 2014 e propuseram que:

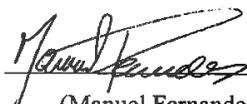
1. IMI descesse para o mínimo legal (0,3%), a Câmara Municipal manteve em 0,32%, apesar do IMI aumentar de 2013 para 2014 54% como é visível no orçamento e ;
2. A participação variável do IRS a transferir para o município fosse apenas de 2,5% ou a manter-se nos 5%, então, que metade do valor recebido ( 132 618,00€), **deveria ser destinado a apoio social às famílias, aos jovens e aos idosos, nos termos seguintes:**
  - i) **Fornecer gratuitamente os manuais escolares a todas as crianças que frequentem a Escola, do 1º aos 6º anos de escolaridade.**
  - ii) **Conceder 200,00€ mensais durante dez meses aos jovens estudantes que não tenham concluído o 12º ano, por terem até 2 disciplinas em atraso ou por não terem ingressado na Universidade, apesar de terem formulado a sua candidatura. Estes jovens ao mesmo tempo que realizam as suas actividades escolares desenvolverão acções de serviço a favor da comunidade (voluntariado) nas freguesias ou em instituições de apoio social. Desta forma, assegura-se que estes jovens prosseguirão os seus estudos que, de outra forma, poderiam perder-se.**
- iii) **Desenvolver e assegurar o Serviço de Teleassistência ao idoso que viva em situação de isolamento para melhorar a sua qualidade de vida, saúde, segurança e auto-estima.**

Ora, o PDSS não consagrou qualquer das propostas anteriores.

Por outro lado, entendemos que a majoração do IMI só deveria acontecer se no concelho existisse uma política que fomentasse a reabilitação e regeneração urbana, o que não acontece.

Em todo o caso, não obstante não vermos as nossas propostas consagradas no PDSS e discordarmos da majoração do IMI, o nosso sentido de voto foi abstenção, pois concordamos com as restantes propostas aí consagradas.

Os Vereadores

  
(Manuel Fernandes)

  
(Manuel Rodrigues)

# DECLARAÇÃO DE VOTO

REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 27-11-2013

ASSUNTO N.º 491: Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

As medidas contidas no PDSS permitem ao Município desempenhar um papel de redistribuição aplicando verbas em apoios sociais de diversa natureza: incentivos à natalidade e adopção, incentivos à formação, apoio a condições de habitabilidade, auxílios económicos, proporcionar actividades aos idosos, etc.

Em anos futuros procuraremos quando existir a oportunidade de diminuição do imposto municipal de imóveis (IMI), assim como a participação variável no IRS. Este ano mantemos as taxas, de forma a conseguir financiamento para as medidas atrás elencadas, num contexto de diminuição das transferências do Orçamento de Estado.

Meiçaço, 29 de Novembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal



# DECLARAÇÃO DE VOTO

REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 27-11-2013

ASSUNTO N.º 497: Documentos Previsionais para 2014:  
Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal

O Orçamento Municipal para o ano de 2014 reflecte o contexto de crise económica nacional que tanto afecta as autarquias.

Para além de responder aos novos desafios e constrangimentos da Lei das Finanças Locais a entrar em vigor em 2014, procura-se continuar a consolidação da contracção da dívida de médio e longo prazo de forma a libertar meios para orçamentos futuros numa perspectiva de equidade intergeracional.

Apesar de ser um orçamento de contenção de despesa, este instrumento financeiro foi elaborado para ter a flexibilidade necessária para acolher um possível e até provável overbooking em Fundos comunitários e ate acautelar abertura de candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio. Assim, será possível concretizar os projectos inscritos no orçamento aos mais diversos níveis.

O objectivo é promover a sustentabilidade local atingido através da promoção do desenvolvimento económico, da preservação do ambiente, do ordenamento do território e do bem-estar social.

Melgaço, 29 de Novembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal

